



Assembleia Municipal de Mora

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte dois

Mandato 2021/2025

(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de Mora. -----

Constituída a mesa. Presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão Duarte de Matos, secretariado pela Primeira Secretária, Senhora Maria Joaquina Filipe Salgueiro, e pelo Segundo Secretário, o Senhor Carlos Alberto da Silveira Biléu. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes. Deu conhecimento do pedido de renúncia de mandato, apresentado pelo membro Maria Manuela Freire Bailão Bridges (CDU). Foi solicitada a sua substituição pelo candidato imediatamente a seguir que integra as listas da CDU, ao órgão que preside, o senhor António Manuel Matos Salgueiro. -----

Antes de entrar na Ordem do Dia procedeu-se à substituição do membro eleito pelo Grupo Municipal da CDU, que renunciou ao cargo e à instalação do novo membro da Assembleia Municipal.-----

Leu a Ata de Instalação o membro da Mesa, o Segundo Secretário senhor Carlos Alberto da Silveira Biléu. (que se anexa) -----

Após a leitura da Ata, o membro eleito pela Coligação Democrática Unitária (CDU) senhor António Manuel Matos Salgueiro, prestou o juramento solene, seguido de uma salva de palmas, por todos os presentes.-----

Início da sessão, efetuou-se a chamada e pela Mesa foi verificada a substituição de dois membros deste órgão, registando-se as faltas, justificadas, dos membros: Ana Maria Prates Ramalho Aniceto, substituída pelo membro, Ana Paula de Matos – Grupo Municipal do PS – e do membro Carlos Eduardo Martins Mendes, substituído pelo membro, João Manuel Marques Coelho – Grupo Municipal do PS. -----

Foram substituídos, no exercício das suas funções, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista. -----

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Luis Simão Duarte de Matos'.

Para além dos membros da Assembleia Municipal, estiveram, também, presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Cristina Calado Chuço, e os senhores Vereadores, Hugo Carreiras e Antonio Ferreira, pelo Partido Socialista (PS), e Luis Pedro Branco, pela Coligação Democrática Unitária (CDU)-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, após verificar a existência de quórum, iniciou os trabalhos proferindo uma saudação protocolar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, recebeu a Constituição do Grupo do Partido Socialista e Nomeação de Líder do Grupo, o senhor Luis Miguel Casanova, suplente senhor Jorge Pintor. (que se anexa) -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Foram solicitadas várias intervenções, pelos Grupos Municipais do PS e CDU. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, sugeriu que fossem apresentadas de forma intercalada.

Desta forma deu a palavra ao membro eleito pelo Grupo Municipal do PS, senhor Luis Casanova, que cumprimentando todos os presentes, apresentou o documento de alteração ao regimento que foi negociado entre o Grupo Municipal do PS e o Grupo Municipal da CDU. (que se anexa)

Foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que fossem introduzidos dois pontos à Ordem de Trabalhos.

Ponto 4 - Nomeação de dois Representantes da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Ponto 5- 2º Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. E o restante passaria a ser o Ponto 6. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade a alteração à Ordem de Trabalhos. -----

Luis Miguel Casanova deu conhecimento à Assembleia Municipal, o que foi debatido na Assembleia Intermunicipal da CIMAC, de dia onze de março de dois mil e vinte e dois. (documento anexo para consulta). -----

Seguidamente o membro eleito pela CDU, senhor João Carlos Durão Saraiva, procedeu à sua intervenção, dirigindo-se à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, em nome do Grupo Municipal da CDU, para apresentar uma palavra de protesto. Na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, alusiva ao 25 de abril, a Senhora Presidente do Município não usou da palavra, como deveria ter feito. Dessa forma menorizou os presentes e o próprio propósito do 25 de abril. Pede para ficar registado em Ata. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questiona a Senhora Presidente do Município, se pretendia responder.

A Senhora Presidente do Câmara Municipal, Paula Chuço, justificou reforçando que não foi convidada pela Assembleia Municipal a fazer discurso e que de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, em lado nenhum está escrito que isso seja um procedimento, reforçando novamente que a própria Assembleia Municipal não lhe fez chegar convite ou informação que o deveria fazer. No discurso que proferiu, mencionou o 25 de abril de uma forma singela, uma vez que o seu discurso estava direcionado a homenagear as instituições que estiveram na linha da frente, no combate à Covid-19. Esse discurso foi efetuado fora da Sessão Solene, durante a Cerimónia de entrega de Prémios e Homenagem às instituições do Concelho. -----

O membro eleito (CDU) senhor João Carlos Durão Saraiva, referiu que pode ter sido um lapso e que não devia voltar a ocorrer. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, deu a palavra ao membro eleito pelo Grupo Municipal do PS, senhor Miguel Maia, que cumprimentou os presentes e passou a ler o Voto de Pesar pelo falecimento do trabalhador e ex-Autarca, Eng. Joaquim Manuel Lopes Neto. Pediu a todos os presentes que se fizesse um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

Autorizado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e votado por unanimidade procedeu-se à homenagem. -----

Pediu a palavra o membro Nélia Santos eleita pelo Grupo Municipal da CDU, sugerindo que se fizesse chegar à família o teor do voto de pesar.(que se anexa)-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, deu a palavra ao eleito senhor José Pinto, que leu a Moção de aumento dos combustíveis que afeta os Bombeiros.(que se anexa)-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém queria intervir.

Pediu a palavra o eleito, senhor Luis Casanova (PS), o qual informou que o Grupo Municipal do PS se iria abster, devido a algumas lacunas que deveriam constar na Moção, tais como: O que levou ao aumento absurdo do preço dos combustíveis estar relacionado com a agressão perpetrada pela Rússia. Manifestou a clara solidariedade com os Bombeiros e colocou ainda a questão se o Grupo Municipal da CDU concorda ou não, que a escalada do preço está relacionada com a evasão da Rússia à Ucrânia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, alertou os Grupos Municipais, para o facto de não colocarem questões uns aos outros! Quem quiser pronunciar-se, pode fazê-lo.-----

Colocada à votação, foi aprovada com os votos a favor do Grupo Municipal da CDU e abstenção do Grupo Municipal do PS.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, deu a palavra ao membro eleito pelo Grupo Municipal do PS, senhor Jorge Pintor, que cumprimentou os presentes e passou a ler a Moção de repúdio do Grupo da CDU na Assembleia Comemorativa do 48º aniversário do 25 de abril. (que se anexa). -----

Colocada à votação - Foi rejeitada, com os votos contra do Grupo Municipal da CDU-----

Pedi a palavra o membro eleito pelo Grupo Municipal da CDU, senhor João Carlos Durão Saraiva, disse que o Grupo Municipal da CDU abordou temas de extrema importância e que o PS se encontra mal informado.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, deu a palavra ao membro eleito pelo Grupo Municipal da CDU, senhora Nélia Santos, que abordou a situação de falta de médicos na Freguesia de Mora, considerando que nas restantes Freguesias esta situação está de certa forma assegurada, contudo em Mora grande parte dos municípios se encontra sem médico de família. Mencionou que no período da Páscoa o Centro de Saúde esteve sem médicos durante quarenta e oito horas. Fez referência ao Programa eleitoral do PS, que dava como certo a colocação de médicos de família no Centro de Saúde. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, pediu à Senhora Presidente da Câmara Municipal, se pretendia esclarecer.

A Senhora Presidente do Município, Paula Chuço, explicou que a situação não é a favorável, mas sim a possível. Esclareceu ainda, que o Centro de Saúde não esteve sem médico durante o referido tempo, uma vez que o Executivo fez todos os possíveis para minimizar a situação junto da ACES. A inexecutável Dra. Manuela Pontes, que ajudou no que lhe foi possível assegurou algumas situações. Os médicos que estavam escalados para fazer o fim de semana ficaram infetados com à Covid-19. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, reforça que o problema não é do executivo anterior ou do presente. O Serviço Nacional de Saúde encontra-se doente.

Pedi autorização para interferir o membro eleito, senhor Luis Casanova, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que referiu o problema dos médicos de família deverá ser um problema de todos, contudo, a CDU apenas agora demonstra preocupação com este tema, desde que o PS apresentou como prioridade resolver a situação dos médicos e desde que o atual executivo apresentou uma solução, a possível, os médicos nas freguesias. Também concordou com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quando disse que o Serviço Nacional de Saúde, está doente, contudo, se fosse fácil ao governo resolver a situação, certamente que a CDU nos seis anos em que apoiou o Governo, a solução teria sido encontrada e o problema resolvido. Não foi isso que aconteceu e é complicado trazer médicos para Mora como para qualquer concelho do interior do País. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, deu a palavra ao membro eleito pelo Grupo Municipal do PS, senhora Floripes Pulgas que passou a ler a Moção evocativa do dia da Mãe. (que se anexa) -----

Colocada à votação – Foi aprovada por unanimidade. -----

Autorizada pelo Presidente da Mesa, Luis Simão de Matos, o Primeiro Secretário, Senhora Maria Joaquina Salgueiro, procede à leitura de uma TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O PLANO ESTRATÉGICO DA ÁGUA 2030. (que se anexa) -----

Colocada à votação - Foi aprovada com os votos a favor do Grupo Municipal da CDU e abstenção do Grupo Municipal do PS.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, deu a palavra ao membro eleito pelo Grupo Municipal do PS, Anabela Aleixo, que procedeu à leitura da Moção Evocativa do Dia do Trabalhador. (que se anexa) -----

Colocada à votação – Foi aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente o membro eleito pelo Grupo Municipal do PS, senhor Luis Casanova apresenta uma MOÇÃO DE REPÚDIO À ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PERANTE O DISCURSO DE VOLODOMYR ZELENSKY NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. (que se anexa). -----

Pediu a palavra o eleito pelo Grupo Municipal da CDU, senhor José Pinto, afirma que o Partido Comunista Português condena veementemente a invasão da Ucrânia pelo fascista Putin, que tem grandes aliados em Portugal, como o Partido do CHEGA e grandes inimigos como o Partido Comunista Português. Para se encontrar a PAZ é bom que todos contribuam para ela e que uma possível Guerra Nuclear não se pode repetir. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declara votar contra esta Moção uma vez que está desprovida de contexto e da realidade. Não se deve conotar o Putin, com o Partido Comunista Português. -----

Colocada à votação – Foi rejeitada com os votos contra do Grupo Municipal da CDU-----

Pediu a palavra o membro eleito pelo Grupo Municipal da CDU, Senhor José Pinto, onde mencionou a Lei 65/2013 de 12 de setembro do Artigo 31.2. Diz que a Assembleia Municipal dispõe de instalações e equipamentos necessários ao funcionamento em representação afeta pela Câmara Municipal. Questiona para quando estão prontas a funcionar essas instalações.

A Lei 65/2013 de 12 de setembro do Artigo 31.2, diz que a Assembleia Municipal dispõe sobre orientação do respetivo Presidente, de um Núcleo de apoio próprio composto por funcionários do Município nos termos definidos pela Mesa, afetada pela Presidente da Câmara Municipal. Pediu datas para quando poderão estar a funcionar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, pediu à Senhora Presidente do Município, Paula Chuço, se quer responder.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, questionou se o anterior executivo tinha algum espaço dedicado à Assembleia Municipal, ao que o eleito senhor José Pinto respondeu, que não tinham e faziam muito mal. A Senhora Presidente do Município, disse que se iria reunir com o Presidente da Assembleia Municipal para resolver o assunto. -----

Não se registou intervenção do público, o ponto de aprovação da Ata da Sessão Anterior foi votado por unanimidade que seria levado a deliberação na próxima Sessão da Assembleia Municipal.-----

Ponto 1 – Proposta de Aprovação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2021

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, passa a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, que agradeceu e prosseguiu.

A dezoito de setembro de dois mil e vinte e dois, os eleitores votaram e escolheram o Partido Socialista para assumir o destino do Município durante quatro anos, iniciou-se um período de mudança, tem como objetivo a área do Turismo, Investimento, Educação, Saúde e Ação Social. De forma a desenvolver uma economia sustentável, equilibrada, crescente e transparente. Este relatório estante reflete na sua maioria as escolhas do anterior executivo, reflete os três meses que este executivo esteve à frente da autarquia, tendo a dar resposta a todas as situações que tem surgindo entre elas a pandemia da covid-19. Neste período disse terem sido responsáveis, rigorosos, transparentes, participativos, são um Executivo que resolve e que assume, são estes os princípios que o Executivo fará no seu trajeto de continuidade, respeito e humildade perante a população do concelho. Este relatório de gestão irá mostrar as partes financeiras/orçamentais durante o ano de dois mil e vinte um. Analisa o património da autarquia e também a parte orçamental que deverá ser do conhecimento de todos, e que se refere ao ano dois mil e vinte um. Pediu à Dra. Ângela Catarino, que explicasse em números o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2021. -----

Pediu a palavra o Secretário senhor Carlos Alberto da Silveira Biléu, que disse estarem perante uma aprovação de contas. Referiu duas questões que se prendem com outros números, o saldo orçamental de três milhões, seiscentos e noventa e cinco mil euros e um resultado de exercício positivo de duzentos e dezasseis mil euros. Disse ser a primeira vez que se obtém um resultado do exercício positivo no ano anterior, pelo menos com esta dimensão. No exercício do ano anterior tivemos menos duzentos e oitenta mil euros e em outros anos atrás importâncias menores, mas também com alguma dimensão. Referiu ainda que estas contas resultam de nove meses e meio de um executivo e dois meses e meio de outro, ou seja, para atingir estes números os méritos terão que ser repartidos pelas duas equipas de gestão do Município, afirmou ainda que a execução orçamental foi favorável, a despesa reteve uma execução de 68% e a receita a 90 a 92% e em caixa passaram os três milhões setecentos e trinta e um mil. Esse saldo irá servir de uma boa almofada financeira para este executivo, para este mandato, para este ano e para os anos seguintes. No global iremos votar favoravelmente às contas, recordando que durante muitos anos os eleitos do Partido Socialista votaram contra ou abstiveram-se, contudo, as contas são o exercício do plano de atividades. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, dá a palavra à Dra. Ângela Catarino que cumprimenta todos os presentes e esclarece que o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e vinte um foi feito na base do SNCAP, o sistema de contabilidade é o segundo ano que está a ser aplicado, tem sido sujeito a bastantes ajustamentos, na contabilidade entre o POCAL e o SNC, existem algumas diferenças e daí influenciar o resultado líquido que existe, sobretudo a nível do património, os ajustes que tem que ser feitos tendem a influenciar o resultado líquido do exercício, em termos orçamentais continua igual, nos patrimoniais as coisas são diferentes, a forma como se trabalham os números é diferente. O facto de se ter um resultado líquido positivo ou negativo em termos de Autarquia Local, este dado por si só não é relevante da mesma maneira que é visto por uma ótica empresarial.

Este resultado é muito influenciado pelas amortizações dos bens do Município e durante os últimos anos tem vindo a ser adquiridas novas máquinas, novas viaturas fazendo esse valor patrimonial sofrer alterações. Este ano atingimos a meta dos 85% da execução das receitas, chegando perto dos 92%. Notou-se claramente o impacto na questão da execução das receitas da covid-19, o país parou, contudo, este ano conseguimos atingir e superaram o valor. Em termos de certificação legal de contas que tem e foi apresentado pelo revisor de conta, há duas referências e as duas já vêm de algum tempo: os bens patrimoniais dos municípios é um problema que existe em todo o país. A dificuldade no levantamento e atribuição de um justo valor a esses bens patrimoniais, distinguir o que é do domínio público e o que é privado, o que pertence aos municípios e o que está registado nas finanças, mas não está na conservatória, é um trabalho moroso e que está longe de ser terminado e por isso mesmo os revisores fazem sempre essa referência. Outra questão tem a ver com o valor dos seguros, os revisores fazem sempre relatórios semestrais e nesses relatórios alertam-nos porque os valores patrimoniais do Município são superiores aos valores dos seguros e pedem para fazermos essa atualização junto das seguradoras. Fizemos as simulações com o valor real dos bens e, em termos de custo, vai aumentar muito o valor dos seguros. Esta situação já foi apresentada a este executivo e já nos encontramos a analisar uma solução através da definição de prioridades.

Em termos de influências desta prestação de contas, temos por um lado a influenciar a questão da covid-19, em termos de execução de projetos, e pelas eleições de dois mil e vinte um que mudou os objetivos que estavam definidos. Em termos genéricos este é o relatório. Este saldo que está proposto do resultado líquido do exercício positivo de duzentos e desaseis mil duzentos e oitenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos, propõe-se também a aprovação deste saldo que se passou para resultados transitórios. Pergunta se alguém quer colocar alguma questão.

Pedi a palavra o membro eleito (PS), senhor Luís Casanova que perguntou se o resultado é influenciado por revalorização do património. -----

A Dra. Ângela Catarino, esclarece que não são revalorizações, mas sim acertos. Tem a ver com levantamento de bens que se encontravam omissos, de referir que a transição do POCAL para o SNC que leva a mais ajustamentos. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, informou que a Câmara está a fazer um estudo referente ao património e este é um assunto que se arrasta à algum tempo e é de fato muito moroso. O Município tem um técnico que está a trabalhar a tempo inteiro neste levantamento, com resultados positivos. Relativamente aos seguros, vai ser feita uma avaliação ao valor dos seguros e caso seja muito elevado e que o município não possa suportar, será feito por fases, dando assim resposta às prioridades.

Colocado à votação - Foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO 2 – Transferência de Competências do Município de Mora para a CIMAC

O Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, pediu à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, que explicasse este ponto.

A Presidente do Município, Paula Chuço, com base na legislação em vigor, nomeadamente a Lei nº. 50/2018, de 16 de agosto e esclareceu que esta transferência para a CIMAC é de Lei, mas que carece de aprovação, pela Assembleia Municipal de Mora. As Competências são relativas à Educação, Ensino e Formação Profissional. -----

PONTO 5 - 2ª Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal

Pedi a palavra o membro eleito pelo (PS) senhor Luis Miguel Casanova, esclareceu que o Grupo Municipal do PS propôs aos colegas do Grupo Municipal da CDU, e em concordância aceitaram esta segunda alteração. Resume-se a permitir que o público passe a falar cinco minutos, em vez de dois, anterior proposta da CDU. Que as sessões da Assembleia Municipal passem a ser transmitidas em direto e on-line, através de plataforma eletrónica, mais, que os membros da Assembleia passem a dispor de um endereço de e-mail, de uma cloud onde passem a ser arquivados os documentos e disponibilizados a todos em geral. -----

Colocado à votação- Foi aprovado por unanimidade. -----

Procedeu-se à leitura da minuta da Ata da presente sessão. -----

PONTO 6 – Aprovação da Minuta da Ata da Presente Sessão

Colocado à votação- Foi aprovado por unanimidade-----

A sessão terminou às vinte e quatro horas, para constar se lavrou a presente ata, aprovada em minuta, vai ser assinada por mim Maria João Oliveira, que, redigi e subscrevo, assim como pelos membros da Mesa. -----



CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA E NOMEAÇÃO DE LÍDER DO GRUPO

Os eleitos do Partido Socialista vêm informar que constituem no seu conjunto o grupo do Partido Socialista e indicam como líder o Sr. Luís Miguel Cartaxo Casanova, sendo seu substituto em caso de impedimento o Sr. Jorge Manuel da Silva Pintor.

Os eleitos do Partido Socialista

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Jorge Manuel da Silva Pintor", written over a horizontal line.

Sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMAC que ocorreu 11/03/2022.

Pontos da ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal

Conforme já havia sido combinado entre as forças do PS, PSD e CDU à nível de distrito, e conforme também já tinha acontecido a nível do executivo da CIMAC, a presidência da mesa será rotativa de 15 em 15 meses. Neste primeiro período será presidida pela CDU, vice-presidente PSD, secretário PS. Foram eleitos: Presidente Hortência Menino - CDU, Vice-presidente José Santos - PSD, Secretário Rui Caeiro - PS

2. Nomeação de ROC para a GESAMB, conforme já tinha sido proposto e aprovado na Assembleia de Dezembro, e só porque havia um pormenor burocrático que não estava correto obrigou a nova nomeação nesta reunião, tendo sido nomeado o gabinete de Rosário, Graça e associados, representada por Andreia Teles

3. Análise do relatório de atividade da GESAMB relativo ao 3º trimestre de 2021. Só notar que fomos o 3º município que mais reciclou (numa ótica per capita) no distrito.

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO TRABALHADOR E EX-AUTARCA, JOAQUIM NETO

Os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, vêm apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do trabalhador da Câmara Municipal de Mora e ex-Autarca, o Eng. Joaquim Manuel Lopes Neto.

O Eng. Joaquim Manuel Lopes Neto, nasceu a 5 de novembro de 1961, em Évora e era funcionário da Câmara Municipal de Mora desde 1990.

Exerceu funções no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, foi Técnico de Apoio à Vereação e, em 1998, é eleito Vereador pela Coligação Democrática Unitária (CDU), fazendo dois mandatos. Durante a sua passagem pelo Executivo desempenhou ainda funções como Vice-Presidente.

Atualmente, exercia funções como Chefe do Gabinete de Gestão Florestal e Coordenador Municipal de Proteção Civil.

Independentemente das cores políticas que nos movem, consideram os membros do grupo do PS que o Eng. Joaquim Neto foi uma pessoa que marcou, de forma positiva e incontornável, os últimos anos da história do nosso Município.

Por esse motivo, gostaria o Grupo do PS na Assembleia Municipal de realizar 1 minuto de silêncio como forma da Assembleia Municipal homenagear o Eng.º Joaquim Neto, bem como de propor a um voto de pesar pelo seu falecimento.

Mora, 29 de abril de 2022

O Grupo do Partido Socialista



Moção

O aumento dos combustíveis penaliza gravemente os Bombeiros

Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional.

Prevenção, Vigilância e Combate a incêndios, Emergência Pré-Hospitalar, Socorro e Acidentes, Transporte de Doentes, Abastecimento de Água e muitas outras missões de socorro e apoio às populações fazem dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Protecção e Socorro em Portugal, e muito particularmente no nosso Concelho.

As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, em consequência do enquadramento legal do financiamento e das sucessivas sub-orçamentações nos Orçamentos de Estado, e das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que, nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas.

Os aumentos dos preços dos combustíveis, para muitas AHBV já está a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações e o mesmo poderá acontecer a outras. O Governo anunciou que vai apoiar com 1500 euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis. Porém, esta medida fica muito aquém daquilo que os Bombeiros necessitam e merecem.

Entre as medidas que se impõem implementar num justo regime de financiamento está, desde logo, a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos Corpos de Bombeiros, vulgarmente designado gasóleo verde.

Assim, a Assembleia Municipal de Mora na sua Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2022, delibera:

1. Expressar a sua solidariedade à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses.
2. Apelar ao Governo e aos Grupos Parlamentares que legislem, rapidamente, para que os Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao gasóleo verde,

3. Recomendar ao Ministério da Saúde que suporte os custos efectivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros, no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transporte de Doentes.

4. Dar conhecimento desta Moção à população do Concelho de Mora através dos canais de informação da Câmara Municipal - Boletim Municipal e página oficial do Facebook - à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses, à senhora Ministra da Saúde, Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e à Administração Regional de Saúde do Alentejo

Moção apresentada pelo "Grupo Municipal da CDU".

Mora, 29 de Abril de 2022

APROVADA e/ os VOTOS A FAVOR DO GRUPO DA CDU e
ABSTENÇÃO DO GRUPO DO PS.

MOÇÃO DE REPÚDIO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA AO DISCURSO DO GRUPO DA CDU NA ASSEMBLEIA COMEMORATIVA DO 48º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mora vem repudiar veementemente o discurso do Grupo da CDU na sessão comemorativa dos 48 anos do 25 de Abril, o qual manifestamente e em muitos pontos falta à verdade e noutros limita-se a omitir o que não interessa referir.

Consideramos que o discurso proferido, em vez de atender ao evento que se comemorava, mais não foi do que um ato de propaganda política servindo-se de uma sessão que se procurava solene e de respeito por valores, que a CDU não respeitou.

Quando a CDU referiu que o Governo virou as costas e se esqueceu do nosso Concelho aquando do surto de COVID em Mora, faltou manifestamente à verdade, pois na realidade foram destacadas para o Concelho três brigadas de intervenção rápida. A 12 de novembro há a transferência para a Estrutura de Apoio de Retaguarda de Évora de todos os idosos positivos, quando não existia capacidade municipal para o efeito. A CDIST, a Autoridade de Saúde Pública, a Proteção Civil e a ACES fizeram uma avaliação presencial na Associação de Cabeção de Solidariedade dos Trabalhadores Idosos.

No total foram realizadas 25 ações de acompanhamento, perfeitamente documentadas, por parte da equipa técnica da Unidade de Saúde Pública, Segurança Social e Serviços Municipais de Proteção Civil às estruturas residenciais para pessoas idosas.

Contrariamente ao que a CDU diz em relação aos médicos, em apenas 6 meses este executivo conseguiu a reposição do atendimento médico nas freguesias, o que já não acontecia há vários anos, anos esses em que a CDU estava à frente dos destinos do concelho. Na verdade, há muitos anos era expectável que os médicos em funções no concelho se viessem a reformar, e nunca foram visíveis quaisquer iniciativas para mitigar ou resolver essa situação. Este executivo não “empurrou com a barriga” e assumiu essa responsabilidade.

O Grupo do Partido Socialista



JOÃO REGATA

VOTOS CONTRA DO GRUPO CDU

VOTOS A FAVOR DO GRUPO DO PS

MOÇÃO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA EVOCATIVA DA COMEMORAÇÃO DO DIA DA MÃE

O Dia da Mãe celebra-se no 1º domingo do mês de Maio, e este ano será no dia 1 de Maio.

Esta celebração teve origem nos Estados Unidos da América, fundadas por Anna Jarvis, embora as primeiras comemorações remontem à Grécia Antiga.

Este dia foi criado com a finalidade de homenagear a sua mãe, que havia falecido.

A data foi oficializada nos Estados Unidos da América em 1914 e estendeu-se a todo o Mundo.

Esta é uma homenagem que é transversal a todas as culturas, religiões ou filiações.

Lembramos hoje aqui, com um abraço solidário, todas as mães do mundo que ao colo ou pela mão, fogem com os seus filhos para lhes darem conforto e proteção.

Nada é mais forte ou verdadeiro que o amor de uma mãe.

Feliz dia das mães.

O Grupo do Partido Socialista

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J. S. Silva', written over a horizontal line.

Aprovada por Unanimidade

TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O PLANO ESTRATÉGICO DA ÁGUA 2030

Está neste momento em processo de consulta pública, até ao dia 12 de Maio, o projecto de *Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 - PENSAARP 2030*.

Este Plano é de uma grande importância para o sector das águas e saneamento pois pretende definir os princípios e orientações deste sector para os próximos 10 anos. O abastecimento de água e a gestão de águas residuais a que se pretende acrescentar agora a componente das águas pluviais é de grande relevância para a vida quotidiana das populações.

Incindindo o documento sobretudo no período a partir de 1993, importa sublinhar o relevante trabalho desenvolvido pelas autarquias locais na generalidade do País, que, na sequência da Revolução de Abril, assumiram o abastecimento de água e a construção de redes de esgotos, como prioridades da sua actuação, contando muitas vezes com o trabalho voluntário das populações.

As alterações verificadas a partir de 1993 tiveram como característica principal a procura da captura e expropriação desta competência aos municípios com a separação entre a alta e a baixa e a criação dos sistemas multimunicipais, passando o Estado a assumir esta competência, abrindo caminho à transformação deste sector num negócio, correndo-se sempre o risco da sua privatização.

Assim, em nosso entender, a intervenção autárquica deve ser balizada, neste domínio, pelos seguintes princípios:

- A garantia da gestão pública da água em todos os seus níveis;
- O respeito pela autonomia local, tendo em conta o quadro constitucional e o quadro de competências das autarquias locais, considerando-se aqui a dupla perspectiva de ser cada município a deter a responsabilidade da gestão em baixa, devendo os sistemas multimunicipais serem transformados em parcerias com titularidade municipal;
- O impedimento da transformação da água num negócio, a pretexto duma pretensa atribuição de valor ao recurso água com pretextos de natureza ambiental, mas hipervalorizando a componente financeira e a garantia da acessibilidade económica e física dos utilizadores.

Simultaneamente, deverão assumir-se como prioridades da intervenção:

- O assegurar da eficiência hídrica.
- A garantia da qualidade do serviço a prestar.

O documento em consulta pública, a nível da sua visão e objectivos estratégicos, aponta claramente para onde pretendem que o sector das águas se deve encaminhar.

Utilizando como documento orientador este Plano, e tendo como base uma visão eminentemente economicista, perspectiva-se que este sector transite dum programa operacional temático para programas regionais, admitindo-se que, a exemplo do que tem acontecido no quadro ainda em vigor, a ERSAR desempenhe um papel de indicação de cumprimento de requisitos prévios, associado a orientações directas do governo. Governo que também pretende continuar com a discriminação no acesso aos fundos, conforme já se leu nos trabalhos preparatórios do Portugal 2030, com a indicação de que serão priorizadas as candidaturas de entidades associadas.

Portugal não tem actualmente um problema de qualidade da água pois os indicadores de água segura são os adequados. O que se necessita é de desenvolver um caminho no sentido da eficiência hídrica e da redução de perdas. E para isso é necessário mobilizar recursos financeiros dos diversos instrumentos ao dispor, desde o Portugal 2030, o PRR, o Fundo Ambiental, o Orçamento de Estado e os Orçamentos Municipais. Os programas regionais que vão acolher esta área devem ser dotados dos montantes adequados para dar resposta às necessidades. A prioridade não pode nem deve ser a subida das tarifas ou o critério absurdo de colocar como elemento prioritário o nível de grau de cobertura de gastos, permitindo ainda por cima que possa haver margem para a remuneração de capitais investidos por entidades públicas, quando a estas incumbe garantir este serviço à população e não obter lucros pela sua prestação.

Assim, tendo em conta o conteúdo do documento em apreciação e a experiência do Concelho de Mora, de alguma forma paradigmática, a Assembleia Municipal de Mora, na sua Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2022, entende tomar a seguinte posição:

1. Emitir parecer globalmente desfavorável ao Projecto de Resolução, reclamando a sua revisão e a alteração das prioridades apresentadas, dando mais enfoque ao combate às perdas de água e à eficiência hídrica.

2. O Plano, tal como outros instrumentos para o sector, deve garantir a gestão pública da água bem como o acesso aos fundos comunitários sem qualquer discriminação ou condições prévias.
3. Reivindicar a adopção de medidas de apoio aos municípios como entidades gestoras por parte das entidades ligadas ao sector com destaque para a ERSAR e para a Agência Portuguesa do Ambiente, sempre no respeito pela autonomia dos municípios, com realce para as opções em matéria tarifária e de financiamento, prevalecendo a regra das três fontes: tarifas, subsídios de exploração e subsídios ao investimento.
4. Dar conhecimento desta Moção à população do Concelho de Mora através dos canais de informação da Câmara Municipal - Boletim Municipal e página oficial do Facebook - Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, Ministério do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente e CIMAC.

Moção apresentada pelo "Grupo Municipal da CDU".

Mora, 29 de Abril de 2022

MOÇÃO APROVADA
VOTOS A FAVOR CDU
ABSTENÇÃO PS

MOÇÃO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA EVOCATIVA DA COMEMORAÇÃO DO DIA DO TRABALHADOR

A 1 de Maio celebra-se o dia do Trabalhador.

¹⁹
No Sec. XIX a atividade industrial cresceu em quase todo o mundo ocidental. Com os avanços da atividade industrial, muitas transformações geográficas e sociais ocorreram e levaram a um grande aumento da massa operária.

Com o aumento da massa operária, a relação entre empregado e empregador começou também a ser moldada por legislação.

Daqui resultou a formação de movimentos operários e sindicatos.

Todo este movimento culminou com uma grande greve geral no dia 1 de Maio de 1866 em Chicago, nos Estados Unidos da América.

Este dia ficou na memória dos movimentos operários de todo o mundo.

Esta data não pertence ao passado, é sim significado de uma luta continua e sempre atual pela melhoria das condições de trabalho com vista ao progresso económico, social, familiar e comunitário, a par do desenvolvimento tecnológico das nossas sociedades.

Ao comemorarmos esta data estamos a manter e a fortalecer, nem que seja de forma simbólica, todos os direitos e deveres fundamentais dos trabalhadores.

Em Portugal, na nossa história mais recente, só foi possível voltar a comemorar esta data após o 25 de Abril de 1974, sendo mesmo histórico o dia 1º de Maio de 1974, celebrado em todo o país com grandes manifestações, onde os trabalhadores puderam reivindicar os seus direitos.

O Grupo do Partido Socialista



MOÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE



MOÇÃO DE REPÚDIO À ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PERANTE O DISCURSO DE VOLODOMYR ZELENSKY NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Os Eleitos do Partido Socialista desta Assembleia vêm repudiar a atitude deplorável dos deputados do Partido Comunista na Assembleia da República aquando do discurso do presidente da Ucrânia no passado dia 21 de Abril.

Estranhamente, retiraram-se da sala aquando da intervenção, mas pelos vistos assistiram à mesma por outros meios, pois a seguir elencaram um conjunto de críticas só possíveis a quem de facto tivesse assistido à intervenção

Paula Santos, líder da bancada parlamentar, teceu as seguintes considerações:

1. Que a intervenção de Zelensky foi “uma instrumentalização da Assembleia da República para o aumento da escalada da guerra”;
2. Que as referências do presidente ucraniano ao 25 de Abril “são um insulto”;
3. Que “o poder da Ucrânia está a agredir o seu próprio povo”;
4. Que o Presidente da Assembleia da República fez uma intervenção “não coincidente com este órgão de soberania, pelo cinismo” que encerra;
5. E por último – não por fim –, que o PCP não está disponível para branquear “um governo belicista”.

O Partido Comunista parece defender que o mais natural é um país invadido render-se imediatamente, depor armas e não lutar. Questionamo-nos qual seria a reação do Partido Comunista se tal se passasse com Portugal?

Parece já estarem esquecidos de que se arrogam os autores e defensores únicos do 25 de Abril, que nos deu a liberdade, ao mesmo tempo que se recusam a condenar a opressão da Rússia contra o povo ucraniano, afinal sempre conseguem defender algo e o seu contrário. Quando analisamos o seu discurso quase ficamos na dúvida sobre quem invadiu quem, quem é o opressor e quem é o oprimido. Até os argumentos que utilizam, racismo, xenofobia, nazismo e extrema direita, são semelhantes aos do Kremlin, de quem afirmam querer demarcar-se.

São de todo incapazes de condenar Vladimir Putin. Será que concordam com a teoria da libertação da Ucrânia? Nota-se aqui na realidade um grande saudosismo do antigo império soviético que Putin parece querer restaurar.

De facto para o Partido Comunista todos os ditadores de direita são ditadores, espantosamente os de esquerda são libertadores. E quando afirmam que Zelensky é um belicista, que diremos nós de Putin que ameaça o mundo com um holocausto nuclear.

Podemos concluir que ao Partido Comunista falta coerência, tanto global como localmente.

O Grupo do Partido Socialista



Moção Rejeitada

Votos contra da CPS

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Municipal da CDU irá votar favoravelmente este ponto da Ordem do Dia.

Isto, não obstante, considerarmos que ele encerra uma série de erros, contradições e confusões.

Desde logo, porque, como reiteradamente temos vindo a afirmar, esta matéria insere-se num campo de clara omissão constitucional, que, desde o início, veio minando a concretização do processo da Regionalização.

Ao contrário de descentralização e de autonomia administrativa e financeira para as Regiões, as forças que têm exercido o poder têm optado por tentar mascarar determinadas situações, que, no essencial, não passam de novas formas de desconcentração administrativa e que, simultaneamente, contribuem para a descompressão do Orçamento de Estado, em conformidade com exigências de Bruxelas, sobrecarregando financeiramente o Poder Local.

Uma segunda questão tem a ver com a autonomia desta Assembleia. Em sessão passada, foi aqui votada por unanimidade a abstenção sobre esta matéria. Contudo, é-nos agora presente para votação o mesmo assunto.

Atrevo-me a questionar, quem determina o voto desta Assembleia Municipal? Rico exemplo da tão apregoada democracia liberal!

Uma terceira questão prende-se com a essência das competências municipais que agora se pretende transferir para a CIMAC e para as quais a grande maioria dos pequenos e médios municípios do País não teria capacidade de assumir.

De facto, e para apontar apenas dois exemplos:

Que municípios teriam condições para reformular cadastros e assumir responsabilidades nas áreas protegidas e florestais?

Que municípios poderiam assumir o controlo do problema do estacionamento urbano?

E a contrapartida que deverá ser tida em conta é a seguinte:

Será que CIMAC dispõe de capacidade para intervir num plano tão alargado como é o cadastral, florestal e das áreas protegidas?

Será que a CIMAC vai formar um corpo de polícia nacional para intervir no plano do estacionamento urbano?

Senhor Presidente, senhores eleitos, de trapalhada em trapalhada este processo de desconcentração há-de andar aos trambolhões até que a Regionalização seja uma realidade.

Que esse dia não demore!

Declaração de Voto apresentada pelo "Grupo Municipal da CDU"

Mora, 29 de Abril de 2022